



GT 063. Saúde e Doença como Experiência, Itinerário Terapêutico e Remédios Caseiros

Laércio Fidelis Dias (Unesp-Marília) -
Coordenador/a, Reginaldo Silva de Araújo
(Universidade Federal de Mato Grosso) -
Coordenador/a

Diante de uma doença, um infortúnio, quando a vida não sorri da maneira como se gostaria, que caminhos percorrer para resolver ou mitigar problemas e aflições decorrentes da doença? Contar as histórias acerca desses episódios talvez seja o que de melhor os seres humanos já elaboraram para orientar a resolução dos problemas práticos e encontrar algum sentido para a realidade desvanecida de sentido diante de um grave problema de saúde. O recurso a diferentes especialistas terapêuticos insere-se numa lógica denominada de itinerário terapêutico; itinerário este que expressa a busca pela cura ou mitigação do sofrimento. De que modo se dá a utilização dos remédios caseiros feitos à base de ervas e outras substâncias animais e minerais na construção do itinerário terapêutico entre as populações indígenas, tradicionais, rurais ou urbanas para solucionar seus problemas de saúde? Como as narrativas acerca destes episódios de doenças trazem consigo os princípios de ordenação e sentido da experiência da doença? O Grupo de Trabalho aceitará trabalhos que ofereçam respostas ou reflexões para estas duas questões. O objetivo é selecionar comunicantes que versem sobre a doença e saúde enquanto experiência, como processo de elaboração sociocultural, cuja construção e negociação de seus significados se dá num universo de sistemas médicos diversos e de forças políticas não necessariamente simétricas, e que dêem destaque ou refiram-se a remédios à base de ervas, substâncias animais e vegetais.

Novos dilemas, outros itinerários: o bem viver como reinvenção da saúde indígena

Autoria: Pedro de Lemos MacDowell

Em contextos de intensas transformações sociais, diversos povos indígenas do Brasil vêm experimentando problemas novos em seus territórios, incluindo aqueles relacionados ao uso de álcool, a diversas formas de violência e sofrimento, e um expressivo aumento no número de suicídios. Uma das abordagens que vêm sendo acionadas por setores do Estado para responder a estes fenômenos é a da saúde mental. Um maior acesso de parte da população indígena a serviços de saúde pública tem aumentado significativamente, ainda, o uso de psicotrópicos. Como reação, abordagens alternativas à medicalização têm sido propostas tanto de cima, no nível das políticas públicas de saúde, como de baixo, nas reivindicações de sujeitos e coletivos indígenas sobre formas mais adequadas de cuidar da saúde mental. No Pará, os conselheiros indígenas do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) do Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá Tocantins (DSEI GUATOC/SESAI/MS) solicitaram oficialmente que seu Programa de Saúde Mental fosse renomeado. Não viram seus dilemas e suas necessidades contemplados pelo conceito de saúde mental. Após um processo eleitoral, foi escolhido o nome de "Programa Bem Viver", em consonância com diversos outros movimentos similares em outras partes do Brasil e da América do Sul (ACOSTA, 2016). Este work procura analisar a construção do Programa Bem Viver do DSEI Guatoc, nas confluências e divergências entre os interesses dos diversos atores envolvidos nesse processo, com maior ênfase nos agentes indígenas, nos trabalhadores do órgão e nas instâncias de formulação das diretrizes das políticas diretamente acionadas. Busca-se, assim, compreender como se constroem, nas mediações possíveis, em meio a conversas permeadas por ruídos e traduções cheias de equívocos, novos e improváveis itinerários terapêuticos que ampliam a noção de saúde até mesmo para os profissionais da área envolvidos. Neste processo, diversas transformações se produzem: na elaboração por atores indígenas dessas "novas" experiências de doença e dos horizontes de saúde possíveis; na concepção de saúde dos profissionais do DSEI; nas possibilidades de articulação e formulação das políticas de saúde mental para a população indígena; nas relações entre esses



atores.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

